

No. 28445

**BRAZIL
and
VENEZUELA**

**Agreement on scheduled air transport (with annex). Signed
at Caracas on 11 November 1988**

Authentic texts: Portuguese and Spanish.

Registered by Brazil on 29 October 1991.

**BRÉSIL
et
VENEZUELA**

**Accord relatif aux transports aériens réguliers (avec annexe).
Signé à Caracas le 11 novembre 1988**

Textes authentiques : portugais et espagnol.

Enregistré par le Brésil le 29 octobre 1991.

[PORTUGUESE TEXT — TEXTE PORTUGAIS]

ACORDO SOBRE TRANSPORTE AÉREO REGULAR ENTRE O
GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O
GOVERNO DA REPÚBLICA DA VENEZUELA

O Governo da República Federativa do Brasil

e

O Governo da República da Venezuela
(doravante denominados "Partes Contratantes"),

Desejosos de favorecer o desenvolvimento do transporte aéreo entre os dois países e de prosseguir, na medida mais ampla possível, na cooperação internacional nessa matéria;

Desejosos de aplicar a este transporte os princípios e as disposições da Convenção sobre Aviação Civil Internacional, aberta à assinatura em Chicago, em 07 de dezembro de 1944, e

Desejosos de organizar, sobre bases equitativas de igualdade de oportunidades e de reciprocidade, os serviços aéreos comerciais entre os dois países, a fim de obter uma maior cooperação no campo do transporte aéreo internacional,

Acordam o seguinte:

ARTIGO I
Definições

Para os fins do presente Acordo, a menos que o texto disponha de outro modo:

- a) "Autoridades Aeronáuticas" significa, no caso da República Federativa do Brasil, o Ministério da Aeronáutica e, no caso da República da Venezuela, o Ministério de Transporte e Comunicações, ou, em ambos os casos, qualquer outra pessoa ou organismo autorizado para exercer as funções desempenhadas por tais autoridades.

- b) "Serviços Acordados" significa os serviços aéreos regulares nas rotas especificadas no Anexo a este Acordo, para o transporte de passageiros, carga e mala postal.
- c) "Acordo" significa o presente instrumento, o Anexo e qualquer modificação do Acordo ou do Anexo.
- d) "Convenção" significa a Convenção sobre Aviação Civil Internacional aberta à assinatura em Chicago, em 07 de dezembro de 1944, e inclui qualquer Anexo adotado em razão do disposto no Artigo 90 da dita Convenção e qualquer emenda dos Anexos ou da Convenção, de acordo com os Artigos 90 e 94 da mesma, na medida em que tais Anexos e emendas tenham sido adotadas pelas duas Partes Contratantes.
- e) "Empresa Designada" significa uma empresa aérea que haja sido designada e autorizada, nos termos do Artigo III do presente Acordo.
- f) "Tarifa" significa o preço fixado para o transporte de passageiros, bagagem e carga e as condições sob as quais esses preços se aplicam, incluindo os pagamentos e as condições de agenciamento, mas excluindo a remuneração e as condições de transporte de mala postal.
- g) "Território", "Serviço Aéreo", "Serviço Aéreo Internacional", "Empresa Aérea" e "Escala sem Direitos de Tráfego" têm o significado que lhes atribuem, respectivamente, os Artigos 2 e 96 da Convenção.

ARTIGO 11

Concessão de Direitos

1. Cada Parte Contratante concederá à outra os seguintes direitos para a operação de serviços aéreos internacionais pela empresa ou pelas empresas da outra Parte Contratante, salvo disposições contrárias expressadas no presente Acordo:

- a) sobrevoar o território da outra Parte Contratante;

- b) pousar no citado território para fins não comerciais, e
 - c) pousar no citado território na operação das rotas especificadas no Anexo, com o objetivo de embarcar e desembarcar tráfego internacional de passageiros, carga e mala postal.
2. Os direitos especificados no item "c" do parágrafo 1 deste Artigo serão exercidos exclusivamente pelas empresas designadas pelas Partes Contratantes.
3. Nenhum dispositivo do presente Artigo conferirá à empresa ou empresas aéreas designadas de uma Parte Contratante o privilégio de embarcar, no território da outra Parte Contratante, passageiros, carga e mala postal destinados a outro ponto no território daquela Parte Contratante, transportados por remuneração.

ARTIGO III

Designação de Empresa e Autorização de Operação

1. Cada Parte Contratante terá o direito de designar uma empresa ou empresas aéreas para operarem os serviços acordados nas rotas especificadas no Anexo, e de substituí-las por outras. A designação ou a substituição será feita por Nota Diplomática.
2. Ao receber a designação ou a substituição, nos termos do parágrafo 1 deste Artigo, as Autoridades Aeronáuticas da outra Parte Contratante deverão, de acordo com suas leis e regulamentos, conceder sem demora, à empresa ou às empresas aéreas designadas, as autorizações necessárias para a exploração dos serviços acordados, para os quais tenham sido designadas.
3. Quando tiver sido designada e autorizada, uma empresa ou empresas aéreas poderão começar a operar os serviços acordados, total ou parcialmente, sempre que a referida ou referidas empresas cumprirem com as disposições deste Acordo.
4. As Autoridades Aeronáuticas de uma Parte Contratante poderão exigir que a empresa ou as empresas aéreas designadas pela outra Parte

Contratante demonstrem que estão capacitadas para cumprirem as condições estabelecidas em suas leis e regulamentos normalmente aplicados à operação dos serviços aéreos internacionais.

ARTIGO IV

Negação, Revogação e Suspensão da Autorização de Operação

1. Cada uma das Partes Contratantes terá o direito de negar ou revogar uma autorização de operação, ou suspender o exercício dos direitos especificados no Artigo II, parágrafo 1 do presente Acordo, à empresa ou empresas aéreas designadas pela outra Parte Contratante que:

- a) não logre comprovar, perante as referidas Autoridades Aeronáuticas, que cumpre com as leis e regulamentos aplicáveis, nos termos da Convenção;
- b) não cumpra as leis e regulamentos daquela Parte Contratante;
- c) não haja demonstrado que uma parte substancial da propriedade e o controle efetivo da empresa aérea pertença à Parte Contratante que a designou, ou a seus nacionais, e
- d) de qualquer forma deixe de operar conforme as condições prescritas neste Acordo.

2. Salvo se a imediata aplicação de qualquer das medidas mencionadas no parágrafo 1 deste Artigo seja essencial para impedir novas infrações às leis ou regulamentos, tais direitos exercer-se-ão somente após consulta à outra Parte Contratante, de conformidade com o estabelecido no Artigo XV do presente Acordo.

ARTIGO V

Capacidade

1. As Partes Contratantes acordam que as empresas aéreas designadas gozarão de um tratamento que lhes permita operar de forma justa e equitativa os serviços aéreos acordados.

2. Fica entendido que os serviços prestados pela empresa ou empresas aéreas designadas, de conformidade com o presente Acordo, terão o objetivo fundamental de proporcionar transporte aéreo com capacidade adequada às necessidades de tráfego entre os territórios das Partes Contratantes.

3. Na operação dos serviços aéreos acordados, serão levados em consideração os interesses das empresas aéreas de ambas as Partes Contratantes, com o objetivo de não afetar indevidamente os respectivos serviços.

4. A capacidade e as frequências a serem oferecidas nas rotas especificadas, bem como as modificações que se fizerem necessárias, serão aprovadas pelas Autoridades Aeronáuticas de ambas as Partes Contratantes, que levarão em consideração os princípios estipulados neste Artigo e os interesses dos usuários e das empresas aéreas designadas.

ARTIGO VI

Legislação Aplicável

1. As leis e os regulamentos de uma Parte Contratante relativos à entrada, permanência e saída de seu território de uma aeronave empregada na navegação aérea internacional ou em vôos desta aeronave sobre esse território, deverão também aplicar-se à empresa ou empresas aéreas da outra Parte Contratante.

2. As leis e regulamentos de uma Parte Contratante que regulem a entrada, permanência e saída de seu território de passageiros, tripulação, bagagem, carga e mala postal, tais como formalidades para entrada, saída, emigração e imigração, como também as medidas aduaneiras e sanitárias, aplicar-se-ão a passageiros, tripulação, bagagem, carga e mala postal, transportados pela aeronave da empresa ou empresas aéreas da outra Parte Contratante, enquanto estes se encontrarem dentro do mencionado território.

3. Os passageiros em trânsito direto pelos territórios das Partes Contratantes estarão sujeitos a um controle simplificado, na medida em que os regulamentos de segurança assim o permitam. As bagagens e cargas em trânsito direto estarão isentas de direitos alfandegários e de outras taxas similares.

ARTIGO VII**Reconhecimento de Certificados
e Licenças**

1. Os certificados de navegabilidade, as carteiras de habilitação e as licenças expedidas ou revalidadas por uma Parte Contratante serão reconhecidos como válidos pela outra Parte Contratante, durante o período em que estejam em vigor, de conformidade com as normas estabelecidas pela Convenção.

2. Não obstante, cada Parte Contratante se reserva o direito de não aceitar, para fins de voo sobre seu próprio território, as licenças concedidas aos seus nacionais pela outra Parte Contratante ou por um terceiro Estado.

ARTIGO VIII**Segurança de Aviação**

1. Em conformidade com os direitos e obrigações que lhes impõe o Direito Internacional, as Partes Contratantes reafirmam que sua obrigação de proteger a aviação civil contra atos de interferência ilícita, promovendo sua segurança, constitui parte integrante do presente Acordo. Sem limitar a validade geral de seus direitos e obrigações resultantes do Direito Internacional, as Partes Contratantes atuarão, em particular, segundo as disposições da Convenção sobre as Infrações e Certos Outros Atos Cometidos a Bordo das Aeronaves, assinada em Tóquio em 14 de setembro de 1963; da Convenção para a Repressão ao Apoderamento Ilícito de Aeronaves, firmada na Haia em 16 de dezembro de 1970, e da Convenção para Repressão de Atos Ilícitos contra a Segurança da Aviação Civil, assinada em Montreal em 23 de setembro de 1971.

2. As Partes Contratantes prestar-se-ão toda a ajuda necessária solicitada para impedir atos de apoderamento ilícito de aeronaves civis e de outros atos ilícitos contra a segurança dessas aeronaves, seus passageiros e tripulações, aeroportos e instalações de navegação aérea, e qualquer outra ameaça contra a segurança da aviação civil.

3. As Partes Contratantes atuarão, em suas relações mútuas, segundo as disposições sobre a segurança da aviação estabelecidas pela Organização da Aviação Civil Internacional, e que se denominam Anexos à Convenção sobre Aviação Civil Internacional, na medida em que tais disposições sobre segurança sejam aplicáveis às Partes; as Partes exigirão que os operadores de aeronaves por elas matriculadas, os operadores de aeronaves que tenham sua sede principal ou residência permanente em seu território e os operadores de aeroportos situados em seu território atuem em conformidade com as referidas disposições sobre a segurança da aviação.

4. Cada Parte Contratante concorda em exigir que os operadores de aeronaves observem as disposições sobre a segurança da aviação mencionadas no parágrafo 3 deste Artigo exigidas pela outra Parte Contratante em relação à entrada, saída ou permanência no território dessa Parte Contratante. Cada Parte Contratante assegurar-se-á de que, em seu território, se apliquem efetivamente medidas adequadas para proteger a aeronave e inspecionar os passageiros, a tripulação, a bagagem de mão, as bagagens, a carga e as provisões de bordo, antes e durante o embarque ou saída da aeronave. Cada uma das Partes Contratantes examinará também, de modo favorável, toda solicitação da outra Parte Contratante, com vistas a adotar medidas especiais e razoáveis de segurança para combater uma ameaça específica.

5. Em caso de incidente ou de ameaça de incidente de apoderamento ilícito de aeronaves civis ou de outros atos ilícitos contra a segurança de tais aeronaves, de seus passageiros e tripulação, de aeroportos ou instalações e serviços de navegação aérea, as Partes Contratantes assistir-se-ão mutuamente, facilitando as comunicações e outras medidas apropriadas, destinadas a pôr termo, de forma rápida e segura, a tal incidente ou ameaça.

ARTIGO IX

Tarifas Aeroportuárias

As taxas pagas pela utilização dos aeroportos, das instalações e serviços de navegação aérea oferecidos por uma Parte Contratante à empresa ou empresas aéreas designadas pela outra Parte Contratante não serão superiores àsquelas que devam ser cobradas às empresas aéreas nacionais dedicadas aos serviços aéreos internacionais similares.

ARTIGO X
Estatísticas

A Autoridade Aeronáutica de uma Parte Contratante proporcionará à Autoridade Aeronáutica da outra Parte Contratante, diretamente ou por intermédio das suas empresas aéreas designadas, quando for solicitado, os dados estatísticos periódicos que possam ser considerados necessários para avaliar a operação dos serviços acordados.

ARTIGO XI
Isenção de Tributos sobre Equipamentos,
Combustível e Provisões

1. As aeronaves da empresa ou empresas aéreas designadas pelas Partes Contratantes, empregadas nos serviços acordados, que entrem ou saiam do território da outra Parte Contratante, estarão isentas dos impostos aduaneiros, despesas de inspeção, outros impostos e qualquer outro tributo.

2. O combustível, óleos lubrificantes, provisões técnicas de consumo, peças de reposição, equipamento de uso regular, suprimento de bordo das aeronaves da empresa ou empresas aéreas designadas serão isentos, na chegada ou saída do território da outra Parte Contratante, de impostos aduaneiros, despesas de inspeção, outros impostos e qualquer outro tributo.

3. O combustível, óleos lubrificantes, peças de reposição, suprimento de bordo, provisões técnicas de consumo, ferramentas e equipamentos de bordo, quando não constituírem equipamentos de apoio de terra, introduzidos e armazenados sob controle aduaneiro no território da outra Parte Contratante por uma empresa ou empresas aéreas designadas, para serem montados, utilizados exclusivamente em suas aeronaves ou reexportados do território da outra Parte Contratante, estarão isentos de impostos aduaneiros, despesas de inspeção, outros impostos e qualquer outro tributo.

4. Os bens mencionados nos parágrafos anteriores não poderão ser utilizados para uso não relacionado com os serviços de voo, e deverão ser reexportados no caso de não serem utilizados, a menos que

seja permitida a cessão dos mesmos a outras empresas ou sua nacionalização segundo as leis, regulamentos e os procedimentos administrativos vigentes no território da Parte Contratante interessada. Enquanto não se lhes der uso e destino, deverão permanecer sob custódia aduaneira.

5. As isenções previstas no presente Artigo poderão estar sujeitas a determinados procedimentos, condições e formalidades, normalmente vigentes no território da Parte Contratante que haverá de concedê-las, e não devem referir-se às taxas cobradas em pagamento de serviços prestados.

ARTIGO XII

Tarifas

1. As tarifas a serem aplicadas para a empresa ou empresas aéreas designadas de cada uma das Partes Contratantes serão estabelecidas a níveis adequados, considerados todos os fatores relevantes, especialmente o custo da operação, um lucro razoável e as condições de mercado.

2. As tarifas serão acordadas, em princípio, pelas empresas aéreas designadas pelas Partes Contratantes, e tal acordo será alcançado, quando possível, através do mecanismo de fixação de tarifas estabelecido pela Associação de Transporte Aéreo Internacional (IATA).

3. Qualquer tarifa acordada conforme o parágrafo anterior será submetida à aprovação das Autoridades Aeronáuticas de ambas as Partes Contratantes, pelo menos com sessenta (60) dias de antecedência à data fixada para sua entrada em vigor. Esse período poderá ser reduzido em casos especiais, sempre que as Autoridades Aeronáuticas estiverem de acordo quanto a isso. Se uma ou outra das Autoridades Aeronáuticas não notificar seu desacordo no prazo de trinta (30) dias, contados a partir da data de recebimento da solicitação, as tarifas serão consideradas aprovadas.

4. Para a entrada em vigor das tarifas, será necessária a dupla aprovação por parte das Autoridades Aeronáuticas de ambas as Partes Contratantes.

5. Não tendo as Partes chegado a um acordo, conforme o parágrafo 2 deste Artigo, ou se uma das Autoridades Aeronáuticas não estiver de acordo com as tarifas submetidas à sua aprovação, tal Autoridade informará à outra Parte pelo menos trinta (30) dias antes da data em que dita tarifa entraria em vigor. As Autoridades tentarão chegar a um acordo. Alcançado o acordo, cada Autoridade Aeronáutica fará todo o possível para pôr em vigor a dita tarifa imediatamente, ou na data por ela acordada.

6. Caso não se chegue a um acordo antes da data em que de outro modo a nova tarifa vigoraria, a tarifa em vigor continuará a ser aplicada por um período não superior a seis (6) meses. Transcorrido esse período sem haver sido alcançado um acordo, a controvérsia deverá ser examinada segundo o previsto no Artigo XVII do presente Acordo.

7. As Autoridades Aeronáuticas de cada Parte Contratante esforçar-se-ão para que as empresas aéreas designadas se ajustem à correta aplicação das tarifas aprovadas.

ARTIGO XIII

Transferência de Receitas

1. Cada empresa aérea designada terá o direito, a qualquer momento, de converter e de transferir as receitas locais obtidas pelos serviços prestados de conformidade com este Acordo, deduzidas as despesas feitas no território da outra Parte Contratante.

2. A conversão e a transferência serão permitidas às taxas de câmbio existentes no mercado de divisas estrangeiras, e não estarão sujeitas a quaisquer despesas, com exceção daquelas cobradas pelos serviços bancários normais para tais operações.

3. Essas transferências efetuar-se-ão de conformidade com a legislação vigente em cada país, e não serão aplicadas disposições legislativas e condições regulamentares menos favoráveis que aquelas aplicadas a qualquer outra empresa aérea estrangeira que opere serviços aéreos internacionais para e desde o território da outra Parte Contratante.

ARTIGO XIV

Representação das Empresas

1. A empresa ou empresas aéreas designadas de uma Parte Contratante terão direito de manter, no território da outra Parte Contratante, seus representantes e pessoal comercial, operacional e técnico necessário para a operação dos serviços acordados.

2. Essas necessidades poderão, à discricção da empresa designada de uma Parte Contratante, ser atendidas por seus próprios funcionários, ou através da contratação de serviços de outra empresa designada pela mesma Parte Contratante, ou ainda dos serviços de qualquer organização, companhia ou empresa aérea da outra Parte Contratante que esteja autorizada a prestar tais serviços.

3. Os representantes e pessoal estarão sujeitos às leis e regulamentos vigentes no território da outra Parte Contratante e, de acordo com tais normas legais, cada Parte Contratante, com um mínimo de demora, fornecerá as Carteiras de Trabalho, os vistos de trabalho ou qualquer outro documento similar, aos representantes e pessoal referidos no parágrafo 1 deste Artigo.

ARTIGO XV

Consultas

1. Cada Parte Contratante poderá, a qualquer momento, solicitar consulta relacionada com a implementação, aplicação ou modificação deste Acordo, assim como com o cumprimento do disposto no mesmo.

2. Tais consultas deverão começar dentro de um período de sessenta (60) dias, contados a partir da data em que a outra Parte Contratante receba uma solicitação por escrito, a menos que as Partes Contratantes acordem de maneira diversa do que aqui se estabelece.

ARTIGO XVI

Modificações ao Acordo

Se uma das Partes Contratantes julgar necessário a modificação de qualquer disposição deste Acordo, poderá solicitar

consultas com a outra Parte Contratante. As referidas consultas efetuar-se-ão através de negociações e terão início no prazo de sessenta (60) dias da data do pedido. Qualquer modificação acordada entrará em vigor definitivamente após a confirmação por troca de Notas Diplomáticas.

ARTIGO XVI

Solução de Controvérsias

Qualquer divergência entre as Partes Contratantes relativa à interpretação ou aplicação do presente Acordo será objeto, inicialmente, de entendimentos diretos entre as empresas interessadas, ou entre as Autoridades Aeronáuticas ou, finalmente, entre os respectivos Governos.

ARTIGO XVII

Denúncia

1. Qualquer das Partes Contratantes poderá, a qualquer momento, notificar por escrito à outra Parte Contratante, através dos canais diplomáticos, de sua decisão de denunciar o presente Acordo, obrigando-se a notificar simultaneamente a Organização de Aviação Civil Internacional (OACI).

2. O presente Acordo expirará seis (6) meses após a data do recebimento da notificação pela outra Parte Contratante, a menos que seja retirada antes de expirar esse período.

3. Se o recebimento da notificação não for acusado pela outra Parte Contratante, essa notificação deverá ser considerada recebida quatorze (14) dias após seu recebimento pela OACI.

ARTIGO XIX

Registro na OACI

O presente Acordo e quaisquer modificações ao mesmo deverão ser registrados na Organização de Aviação Civil Internacional.

ARTIGO XX**Convenções Multilaterais**

1. As disposições deste Acordo estarão sujeitas ao estabelecido na Convenção de Chicago, na medida em que as mesmas sejam aplicáveis aos serviços aéreos internacionais.

2. Se uma Convenção ou Emenda a uma Convenção aeronáutica multilateral entrar em vigor para ambas as Partes Contratantes, o presente Acordo será modificado a fim de se harmonizar com os dispositivos da Convenção em questão, na forma prevista pelo Artigo XVI.

ARTIGO XXI**Vigência**

1. O presente Acordo entrará em vigor a partir da data em que for completada a troca de Notas Diplomáticas informando sobre o cumprimento das formalidades legais de cada uma das Partes Contratantes, necessária à sua vigência.

2. O presente Acordo terá uma vigência de três (3) anos, prorrogável por iguais períodos, salvo se uma das Partes Contratantes comunicar à outra, mediante Nota Diplomática, no prazo de noventa (90) dias antes de seu término, que não está de acordo com a prorrogação.

ARTIGO XXII**Títulos**

Os títulos utilizados neste Acordo servem unicamente de referência.

Feito em dois exemplares, nos idiomas português e espanhol, ambos igualmente autênticos, na cidade de Caracas, em 14 de novembro de 1988.

Pelo Governo
da República Federativa
do Brasil:

[*Signed — Signé*]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Pelo Governo
da República da Venezuela:

[*Signed — Signé*]

GERMAN NAVA CARRILLO

ANEXO

I - Quadro de Rotas

BRASIL

A - Do Brasil para Caracas e além para Miami e/ou um ponto-no Caribe, com exceção de pontos na República Dominicana, Trinidad e Tobago, Porto Rico e Cuba.

B - De Boa Vista para Ciudad Guayana (Puerto Ordaz).

VENEZUELA

A - Da Venezuela para o Rio de Janeiro e/ou São Paulo e além para Montevideu e Buenos Aires.

B - De Ciudad Guayana (Puerto Ordaz) para Boa Vista.

NOTAS:

- a) As rotas anteriormente citadas serão operadas em ambos os sentidos.
- b) As empresas designadas por ambas as Partes poderão omitir escalas de suas respectivas rotas, em qualquer serviço.

II - Designação de Empresas

BRASIL

Rota A - VARIG (Viação Aérea Rio-Grandense S.A.).

Rota B - Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S.A.

VENEZUELA

Rota A - Venezuelana Internacional de Aviación S.A. (VIASA)

Rota B - Línea Aeropostal Venezolana (LAV).

III - Capacidade

As empresas de ambas as Partes ficam autorizadas a operar em suas respectivas rotas, da seguinte forma:

Rota A - Até 2 (duas) frequências semanais com aeronaves DOUGLAS DC-10, similar ou inferior, com um máximo de 264 assentos, e

Rota B - Até 2 (duas) frequências semanais com aeronaves DOUGLAS DC-9, BOEING-737, BOEING-727, similar ou inferior, com um máximo de 135 assentos.

NOTAS:

- a) As empresas designadas poderão operar até três (3) frequências semanais nas rotas "A", tornando efetiva a operação da terceira frequência somente depois que as empresas aéreas hajam alcançado um fator de aproveitamento que ultrapasse 65% do mercado total de terceiras e quartas liberdades, ou uma delas haja alcançado, de per si, um fator de aproveitamento superior a 75%. Para tanto, a base de um cálculo será a oferta real de assentos das aeronaves operadas por cada Parte, em um período de doze (12) meses.
- b) No exercício do tráfego de quinta liberdade, as empresas de cada Parte ficam limitadas a 1.200 passageiros anuais em cada sentido, não sendo permitido o transporte de carga.

IV - Internacionalização e Nacionalização de Passageiros em Guarulhos

A empresa designada pela Venezuela fica autorizada, de conformidade com a legislação brasileira, a internacionalizar ou nacionalizar, no Aeroporto de Guarulhos, seus passageiros provenientes desse Aeroporto ou a ele destinados, utilizando, para esse fim, aeronaves fretadas a empresas brasileiras, as quais operarão em conexão com os próprios serviços da VIASA. A Parte brasileira concorda em que o fretamento de aeronaves pela VIASA para realização da conexão dos serviços entre os aeroportos do Galeão e de Guarulhos seja feito em conjunto com outras empresas nacionais ou estrangeiras, ou seja, a aeronave fretada poderá ser utilizada por mais de uma empresa.

V - Utilização de Aeronaves

As Partes Contratantes concordam em que uma empresa designada para uma das rotas poderá utilizar aeronaves da empresa designada para a outra rota, respeitadas as limitações de equipamento contidas no Item III deste Anexo.

VI - Cooperação entre Empresas

As Partes Contratantes coincidem na importância de que as empresas designadas das duas Partes desenvolvam uma cooperação progressiva, por entenderem que a mesma contribui para o fortalecimento das relações aeronáuticas.

VII - Horários

Os horários deverão indicar o tipo, modelo e configuração das aeronaves utilizadas, frequências dos serviços e escalas a serem operadas. Esses horários deverão ser submetidos pelas empresas aéreas designadas de cada Parte Contratante às Autoridades Aeronáuticas da outra Parte Contratante trinta (30) dias, no mínimo, antes da data prevista para sua vigência. Tais horários deverão ser aprovados dentro do prazo acima indicado se estiverem em conformidade com as disposições deste Anexo.

[SPANISH TEXT — TEXTE ESPAGNOL]

**ACUERDO SOBRE TRANSPORTE AÉREO REGULAR ENTRE EL
GOBIERNO DE LA REPÚBLICA FEDERATIVA DEL BRASIL Y
EL GOBIERNO DE LA REPÚBLICA DE VENEZUELA**

El Gobierno de la República Federativa del Brasil y el Gobierno de la República de Venezuela, deseosos de favorecer el desarrollo del transporte aéreo entre los dos países y de proseguir, en la medida más amplia posible, la cooperación internacional en esa materia.

Deseosos, igualmente, de aplicar a ese transporte los principios y las disposiciones del Convenio sobre Aviación Civil Internacional, abierto a la firma en Chicago el 7 de diciembre de 1944.

Deseosos de organizar, sobre bases equitativas de igualdad de oportunidades y de reciprocidad los servicios aéreos regulares entre los dos países; acuerdan lo siguiente:

ARTICULO I

DEFINICIONES.-

Para los fines del presente Acuerdo, a menos que el texto indique otra cosa:

- a) El término "Autoridades Aeronáuticas" significa, en el caso de la República Federativa del Brasil, el Ministerio de la Aeronáutica y en el caso de la República de Venezuela, el Ministerio de Transporte y Comunicaciones, o en ambos casos, cualquier otra persona u organismo autorizado para ejercer las funciones desempeñadas actualmente por esas autoridades.**

- b) El término "Servicios Convenidos" significa los servicios aéreos regulares en las rutas especificadas en el Anexo a este Acuerdo, para el transporte de pasajeros, carga y correo.
- c) El término "Acuerdo" significa el presente instrumento y su Anexo y cualquier modificación del Acuerdo o del Anexo.
- d) El término "Convenio" significa el Convenio sobre Aviación Civil Internacional abierto a la firma en Chicago el 7 de diciembre de 1944 e incluye cualquier Anexo adoptado en razón de lo dispuesto en el Artículo 90 de dicho Convenio y cualquier enmienda de los Anexos o del Convenio, de acuerdo con los Artículos 90 y 94 del mismo, en la medida en que tales Anexos y enmiendas hayan sido adoptados por ambas Partes Contratantes.
- e) El término "Línea Aérea Designada" significa una línea aérea que haya sido designada y autorizada conforme a lo dispuesto en el Artículo III del presente Acuerdo.
- f) El término "Tarifa" significa el precio fijado para el transporte de pasajeros, equipaje y carga y las condiciones bajo las cuales se aplican dichos precios, incluyendo los pagos y comisiones para agencias, pero excluyendo la remuneración y condiciones para el transporte de correo.
- g) Los términos "Territorio", "Servicio Aéreo", "Servicio Aéreo Internacional", "Línea Aérea" y "Escala para Fines no Comerciales", tienen el significado que se les asigna, respectivamente, en los Artículos 2 y 96 del Convenio.

ARTICULO II

CONCESION DE DERECHOS.-

- 1) Cada Parte Contratante concederá a la otra Parte Contratante los siguientes derechos para la explotación de servicios aéreos internacionales por la línea o líneas de la otra Parte Contratante, salvo disposiciones contrarias expresadas en el presente Acuerdo:
 - a.- sobrevolar el territorio de la otra Parte Contratante,
 - b.- hacer escalas en el citado territorio para fines no comerciales;
 - c.- efectuar escalas en el citado territorio para la explotación de las rutas especificadas en el Anexo, con objeto de embarcar y desembarcar tráfico internacional de pasajeros, carga y correo.
- 2) Los derechos especificados en el numeral c del párrafo 1 de este Artículo, serán ejercidos exclusivamente por las líneas designadas por las Partes Contratantes.
- 3) Ninguna disposición del presente Artículo, le conferirá a la línea o líneas designadas por una Parte Contratante, el derecho de embarcar en el territorio de la otra Parte Contratante con destino a otro punto de ese territorio, pasajeros, equipaje, carga y correo, transportado por remuneración.

ARTICULO III

DESIGNACION DE LINEAS AEREAS Y AUTORIZACION DE EXPLOTACION.-

- 1) Cada Parte Contratante tendrá el derecho de designar una línea o líneas aéreas, para operar los servicios acordados en las rutas especificadas en el Anexo, así como sustituirlas por otras. La designación o sustitución se hará por Nota Diplomática.

- 2) Al recibir la designación o la sustitución, en los términos del párrafo 1 de este Artículo, la Autoridad Aeronáutica de la otra Parte Contratante deberá, de acuerdo con sus Leyes y Reglamentos, conceder sin demora, a la línea o líneas aéreas designadas, las autorizaciones necesarias para la explotación de los servicios acordados, para los cuales hayan sido designadas.
- 3) Cuando hayan sido designadas y autorizadas una línea, o líneas aéreas, podrán comenzar a explotar, total o parcialmente, los servicios acordados siempre que dicha o dichas aerolíneas cumplan con las disposiciones del presente Acuerdo.
- 4) La Autoridad Aeronáutica de una de las Partes Contratantes podrá exigir que la línea o líneas aéreas designadas por la otra Parte Contratante, le demuestre satisfactoriamente que está capacitada para cumplir las condiciones establecidas por sus Leyes y Reglamentos, normalmente aplicados a la operación de servicios aéreos internacionales.

ARTICULO IV

NEGACION, REVOCACION Y SUSPENSION DE LA AUTORIZACION DE EXPLOTACION.-

- 1) Cada una de las Partes Contratantes tendrá derecho a negar o revocar una autorización de explotación; o a suspender el ejercicio de los derechos especificados en el Artículo II, párrafo 1 del presente Acuerdo, a la línea o líneas aéreas designadas por la otra Parte Contratante cuando:
 - a.- No logre comprobar ante las referidas Autoridades Aeronáuticas que cumple con las Leyes y Reglamentos aplicados por aquellas Autoridades, en los términos del Convenio;
 - b.- No cumple las Leyes y Reglamentos de aquella Parte Contratante;

- c.- No haya demostrado que una parte substancial de la propiedad y el control efectivo de la linea aérea, pertenecen a la Parte Contratante que la designó, o a sus nacionales ; y
 - d.- De cualquier modo deje de operar conforme a las condiciones dispuestas en el presente Acuerdo.
- 2) Salvo que la inmediata aplicación de cualquiera de las medidas mencionadas en el párrafo 1 de este Artículo sea esencial para impedir nuevas infracciones de Leyes o Reglamentos, tales derechos se ejercerán solamente después de consultar a la otra Parte Contratante, de conformidad con lo establecido en el Artículo 15 del presente Acuerdo.

ARTICULO V.

CAPACIDAD.-

- 1) Las Partes Contratantes convienen en que las líneas aéreas designadas gozarán de un tratamiento que les permita explotar en forma justa y equitativa los servicios aéreos convenidos.
- 2) Queda entendido que los servicios que preste una línea o líneas aéreas designadas conforme al presente Acuerdo, tendrán el objetivo fundamental de proporcionar transporte aéreo con capacidad adecuada a las necesidades de tráfico entre los territorios de las dos Partes Contratantes.
- 3) En la explotación de los servicios aéreos convenidos, se tomarán en consideración los intereses de las líneas aéreas de ambas Partes Contratantes, a fin de no afectar indebidamente los servicios respectivos.
- 4) La capacidad y frecuencias a ser ofrecidas en las rutas especificadas, así como las modificaciones que fuesen necesarias, serán aprobadas por las Autoridades Aeronáuticas de ambas Partes Contratantes, las

cuales tomarán en consideración los principios estipulados en este Artículo, los intereses del usuario y de las líneas aéreas designadas.

ARTICULO VI

LEGISLACION APLICABLE.-

- 1) Las Leyes y Reglamentos de una Parte Contratante que regulan la entrada, permanencia y salida de su territorio de una aeronave empleada en navegación aérea internacional o vuelos de esta aeronave sobre ese territorio, deberán también aplicarse a la línea o líneas aéreas de la otra Parte Contratante.
- 2) Las Leyes y Reglamentos de una Parte Contratante que regulan la entrada, permanencia y salida de su territorio de pasajeros, tripulaciones, equipaje, carga y correo, tales como formalidades para la entrada, salida, inmigración y emigración, como también medidas aduaneras y sanitarias, se aplicarán a pasajeros, tripulaciones, equipaje, carga y correo transportados por la aeronave de la línea o líneas aéreas designadas de la otra Parte Contratante, mientras éstos se encuentren dentro del mencionado territorio.
- 3) Los pasajeros en tránsito directo en el territorio de las Partes Contratantes estarán sujetos a un control simplificado, en cuanto las regulaciones de seguridad así lo permitan. El equipaje y la carga en tránsito directo, estarán exonerados de derechos de aduana y de otras tasas similares.

ARTICULO VII

RECONOCIMIENTO DE CERTIFICADOS Y LICENCIAS.-

- 1) Los certificados de aeronavegabilidad, los certificados de aptitud y las licencias expedidas o revalidadas por una de las Partes

Contratantes serán reconocidas como válidas por la otra Parte Contratante, durante el período en que estén en vigencia, de conformidad con las normas establecidas en el Convenio.

- 2) Cada Parte Contratante se reserva el derecho de negarse a aceptar para fines de vuelo sobre su propio territorio, los certificados de aptitud y las licencias concedidas a sus propios ciudadanos por la otra Parte Contratante o por un tercer Estado.

ARTICULO VIII

SEGURIDAD DE LA AVIACION.-

- 1) De conformidad con los derechos y obligaciones que les impone el derecho internacional, las Partes Contratantes ratifican que su obligación de proteger la seguridad de la aviación civil contra actos de interferencia ilícita, constituye parte integrante del presente Acuerdo. Sin limitar la validez general de sus derechos y obligaciones en virtud del derecho internacional, las Partes Contratantes actuarán, en particular, de conformidad con las disposiciones del Convenio sobre las Infracciones y Ciertos Otros Actos Cometidos a Bordo de las Aeronaves, firmado en Tokio el 14 de septiembre de 1963, el Convenio para la Represión del Apoderamiento Ilícito de Aeronaves, firmado en La Haya el 16 de diciembre de 1970 y el Convenio para la Represión de Actos Ilícitos contra la Seguridad de la Aviación Civil, firmado en Montreal el 23 de septiembre de 1971.
- 2) Las Partes Contratantes se prestarán, toda la ayuda necesaria que soliciten para impedir actos de apoderamiento ilícito de aeronaves civiles y otros actos ilícitos contra la seguridad de dichas aeronaves, sus pasajeros y tripulación, aeropuertos e instalaciones de navegación aérea y toda otra amenaza contra la seguridad de la aviación civil.

- 3) Las Partes actuarán, en sus relaciones mutuas, de conformidad con las disposiciones sobre seguridad de la aviación establecidas por la Organización de Aviación Civil Internacional y que se denominan Anexos al Convenio sobre Aviación Civil Internacional, en la medida en que esas disposiciones sobre seguridad sean aplicables a las Partes; exigirán que los explotadores de aeronaves de su matrícula, o los explotadores que tengan la oficina principal o residencia permanente en su territorio, y los explotadores de aeropuertos situados en su territorio actúen de conformidad con dichas disposiciones sobre seguridad de la aviación.
- 4) Cada Parte Contratante conviene en que puede exigirse a dichos explotadores de aeronaves que observen las disposiciones de seguridad de la aviación que se mencionan en el párrafo 3 que precede, exigidas por la otra Parte Contratante para la entrada, salida o permanencia en el territorio de esa otra Parte Contratante. Cada Parte Contratante se asegurará de que en su territorio se aplican efectivamente medidas adecuadas para proteger a la aeronave e inspeccionar a los pasajeros, la tripulación, los efectos personales, el equipaje, la carga y los suministros de la aeronave antes y durante el embarque o la salida. Cada una de las Partes Contratantes estará, también, favorablemente predispuesta a atender toda solicitud de la otra Parte Contratante de que adopte medidas especiales razonables de seguridad con el fin de afrontar una amenaza determinada.
- 5) Cuando se produzca un incidente o amenaza de incidente de apoderamiento ilícito de aeronaves civiles u otros actos ilícitos contra la seguridad de tales aeronaves, sus pasajeros y tripulación, aeropuertos o instalaciones de navegación aérea, las Partes Contratantes se asistirán mutuamente facilitando las comunicaciones y otras medidas dirigidas a poner término, en forma rápida y segura, a dicho incidente o amenaza.

ARTICULO IX

TASAS AEROPORTUARIAS.-

Las tasas pagadas por la utilización de los aeropuertos y de las instalaciones y servicios de navegación aérea ofrecidos por una Parte Contratante a la línea o líneas aéreas designadas por la otra Parte Contratante, no serán superiores a aquellas que deben ser cobradas a las líneas aéreas nacionales dedicadas a servicios aéreos internacionales similares.

ARTICULO X

ESTADISTICAS.-

La Autoridad Aeronáutica de una Parte Contratante proporcionará a la Autoridad Aeronáutica de la otra Parte Contratante, directamente o a través de sus líneas aéreas designadas, cuando se le solicite, los datos estadísticos que puedan ser considerados necesarios para evaluar la operación de los servicios convenidos.

ARTICULO XI

EXENCION DE GRAVAMENES SOBRE EQUIPO, COMBUSTIBLE Y PROVISIONES.-

- 1) Las aeronaves de las líneas aéreas designadas por las Partes Contratantes, empleadas en los servicios convenidos, que entren o salgan del territorio de la otra Parte Contratante, estarán exentas de los impuestos de aduana, derechos de inspección, otros impuestos y cualquier otro gravámen fiscal.
- 2) El carburante, los aceites lubricantes, los otros materiales técnicos de consumo, las piezas de repuestos, el equipo corriente y

abastecimiento que se conserven a bordo de las aeronaves de las líneas aéreas designadas, serán eximidos a la llegada o salida del territorio de la otra Parte Contratante, de impuestos de aduana, derechos de inspección, otros impuestos y cualquier otro gravámen fiscal.

- 3) El carburante, los aceites lubricantes, las piezas de repuesto, los abastecimientos de abordó, los materiales técnicos de consumo, herramientas y equipos de abordó, cuando no constituyen equipo de ayudas en tierra, introducidos y almacenados bajo control aduanero en el territorio de la otra Parte Contratante por una línea o líneas aéreas designadas para que sean montados, utilizados exclusivamente en sus aeronaves, o reexportados del territorio de la otra Parte Contratante, estarán exentos de impuestos de aduana, derechos de inspección, otros impuestos y cualquier otro gravámen fiscal.
- 4) Los bienes referidos en los literales anteriores, no podrán ser utilizados para usos distintos a los servicios de vuelos y deberán ser reexportados en caso de no ser utilizados, a menos que se permita la cesión de los mismos a otras empresas o la nacionalización según las leyes, los reglamentos y procedimientos administrativos en vigencia en el territorio de la Parte Contratante interesada. Mientras se les dé uso y destino deberán permanecer bajo custodia de la aduana.
- 5) Las exenciones previstas en el presente Artículo, podrán estar sujetas a determinados procedimientos, condiciones y formalidades, normalmente en vigencia en el territorio de la Parte Contratante que habrá de concederlas y no deben referirse a las tasas cobradas en pago de servicios prestados.

ARTICULO XII

TARIFAS.

- 1) Las tarifas aplicables por la línea o líneas aéreas designadas de cada una de las Partes Contratantes, serán establecidas a niveles adecuados, considerando todos los elementos de valoración, especialmente el costo de explotación, un beneficio razonable y las condiciones del mercado.
- 2) Las tarifas serán acordadas, en principio, por las líneas aéreas designadas por las Partes Contratantes y dicho acuerdo habrá de lograrse hasta donde sea factible, a través del mecanismo de fijación de tarifas, establecido por la Asociación de Transporte Aéreo Internacional (IATA).
- 3) Cualquier tarifa acordada conforme al literal anterior, será sometida a la aprobación de las Autoridades Aeronáuticas de ambas Partes Contratantes, por lo menos con sesenta (60) días de antelación a la fecha fijada para la entrada en vigencia. Este periodo puede ser reducido en casos especiales, siempre que las Autoridades Aeronáuticas estén de acuerdo en ello. Si una u otra de las Autoridades Aeronáuticas no notifica su desacuerdo en un plazo de treinta (30) días, contados a partir de la fecha de recibo de la solicitud, las tarifas se considerarán aprobadas.
- 4) Para la entrada en vigencia de las tarifas será necesaria la doble aprobación de parte de las Autoridades Aeronáuticas de ambas Partes Contratantes.
- 5) No habiéndose llegado a un acuerdo conforme al párrafo 2 de este Artículo, o si una de las Autoridades Aeronáuticas no está satisfecha con las tarifas sometidas a su aprobación, informará a la otra, por lo menos con treinta (30) días de anticipación a la fecha en que dicha

tarifa habría entrado en vigencia. Las Autoridades tratarán de llegar a un acuerdo. De lograrse, cada Autoridad Aeronáutica hará todo lo posible para poner en vigencia dicha tarifa inmediatamente, o en la fecha indicada por ellas.

- 6) De no lograrse un acuerdo antes de la fecha en que de otro modo la nueva tarifa comenzaría a aplicarse, continuará aplicándose hasta por un período no superior a seis (6) meses, la tarifa vigente para la fecha. Transcurrido ese lapso sin haber llegado a un acuerdo, la controversia deberá ser sometida a lo previsto en el Artículo XVII del presente Acuerdo.
- 7) Las Autoridades Aeronáuticas de cada Parte Contratante se esforzarán para que las líneas aéreas designadas, se ajusten a la correcta aplicación de las tarifas aprobadas.

ARTICULO XIII

TRANSFERENCIA DE INGRESOS.-

- 1) Cada línea aérea designada tendrá el derecho, en cualquier momento, de convertir y de transferir los ingresos locales obtenidos por los servicios prestados de conformidad con el presente Acuerdo, deducidos los gastos efectuados en el territorio de la otra Parte Contratante.
- 2) La conversión y transferencia será permitida al tipo de cambio existente en el mercado de divisas extranjeras y no estará sujeta a cargo alguno, con excepción de los cargos cobrados por los servicios bancarios para tales operaciones.
- 3) Dichas transferencias se efectuarán de conformidad con la legislación vigente en cada país y no serán aplicadas disposiciones legislativas y condiciones reglamentarias menos favorables que aquellas

aplicadas a cualquier otra empresa aérea extranjera que opere servicios aéreos internacionales para y desde el territorio de la otra Parte Contratante.

ARTICULO XIV

REPRESENTACION DE LAS LINEAS AEREAS.

- 1) La línea o líneas aéreas designadas de una Parte Contratante tendrán derecho a mantener en el territorio de la otra Parte Contratante representantes y personal comercial, operacional y técnico que sean necesarios para proporcionar la operación de los servicios convenidos.
- 2) Esas necesidades podrán, a discreción de la línea aérea designada de una Parte Contratante, ser atendidas por sus propios funcionarios, o a través de la contratación de los servicios de otra empresa designada por la misma Parte Contratante, o aún de los servicios de cualquier organización, compañía o empresa aérea de la otra Parte Contratante, que esté autorizada a prestar tales servicios.
- 3) Los representantes y personal estarán sujetos a las leyes y reglamentos vigentes en el territorio de la otra Parte Contratante y de acuerdo a dicha normativa, cada Parte Contratante con un mínimo de demora, suministrará los Carnets de Trabajo, las visas para trabajar y cualquier otro documento similar, a los representantes y personal referidos en el párrafo 1 de este Artículo.

ARTICULO XV

CONSULTA.

- 1) Cada Parte Contratante puede, en cualquier momento, solicitar consulta relacionada con la instrumentación, aplicación o

modificación del presente Acuerdo; así como, el cumplimiento de lo dispuesto en el mismo.

- 2) Dichas consultas deberán comenzar dentro de un periodo de sesenta (60) días, contados a partir de la fecha en que la otra Parte Contratante reciba una solicitud escrita, a menos que las Partes Contratantes acuerden fórmulas distintas a las aquí establecidas.

ARTICULO XVI

MODIFICACIONES AL ACUERDO.-

Si una de las Partes Contratantes juzgara necesario la modificación de cualquier disposición del presente Acuerdo, podrá solicitar consultas con la otra Parte Contratante. Las referidas consultas se efectuarán a través de negociaciones y tendrán inicio en el plazo de sesenta (60) días contados a partir de la fecha de recibo de la solicitud. Cualquier modificación acordada entrará en vigencia definitivamente después de la confirmación por intercambio de notas diplomáticas.

ARTICULO XVII

SOLUCION DE CONTROVERSIAS.-

Cualquier divergencia entre las Partes Contratantes relativa a la interpretación o aplicación del presente Acuerdo será objeto, inicialmente, de negociación directa entre las líneas aéreas interesadas, o entre las Autoridades Aeronáuticas y, finalmente, entre los respectivos Gobiernos.

ARTICULO XVIII

DENUNCIA.-

- 1) Cualquiera de las Partes Contratantes podrá en todo momento, dar aviso por escrito a la otra Parte Contratante, a través de los canales

diplomáticos, de su decisión de poner fin al presente Acuerdo, obligándose a dar aviso simultáneo a la Organización de Aviación Civil Internacional (OACI).

- 2) El presente Acuerdo quedará sin efectos a los seis (6) meses de la fecha de recibo del aviso de terminación; a menos que tal notificación sea, retirada antes de la expiración de dicho plazo.
- 3) En caso de que la otra Parte Contratante no acusare recibo, se considerará que el aviso fue recibido por ella, catorce (14) días después de la fecha de recepción del mencionado aviso por la Organización de Aviación Civil Internacional (OACI).

ARTICULO XIX

REGISTRO EN LA OACI.-

El presente Acuerdo y cualquier modificación al mismo, deberán ser registrados en la Organización de Aviación Civil Internacional (OACI).

ARTICULO XX

CONVENIOS MULTILATERALES.-

- 1) Las disposiciones del presente Acuerdo estarán sujetas a lo establecido en el Convenio de Chicago, en la medida en que las mismas sean aplicables a los servicios aéreos internacionales.
- 2) Si empezare a regir un Convenio general y multilateral de transporte aéreo aceptado por ambas Partes Contratantes, el presente Acuerdo será modificado para ajustarlo a las disposiciones de dicho Convenio general, en la forma prevista en el Artículo XVI.

ARTICULO XXI

VIGENCIA.-

- 1) El presente Acuerdo comenzará a regir a partir de la fecha en que se haya completado el canje de notas diplomáticas que notifique el cumplimiento de las formalidades legales de cada una de las Partes Contratantes necesarias para su vigencia.
- 2) El presente Acuerdo tendrá una vigencia de tres (3) años y se prorrogará por periodos iguales, salvo que una de las Partes Contratantes comunique a la otra, mediante nota diplomática noventa (90) días antes de su expiración, que no está de acuerdo con tal prórroga.

ARTICULO XXII

TITULOS.-

Los títulos utilizados en el presente Acuerdo sirven unicamente de referencia.

En fé de lo cual los Plenipotenciarios de ambas Partes Contratantes firman el presente Acuerdo.

Hecho en Caracas, el once de Noviembre de 1988, en dos ejemplares, en idioma portugués y español ambos igualmente auténticos.

Por el Gobierno
de la República Federativa
del Brasil:

[Signed — Signé]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ
Ministro de Relaciones Exteriores

Por el Gobierno
de la República de Venezuela:

[Signed — Signé]

GERMAN NAVA CARRILLO
Ministro de Relaciones Exteriores

ANEXO

I.- CUADRO DE RUTAS.-**VENEZUELA**

- a) Desde Venezuela a Río de Janeiro y/o São Paulo y más allá hasta Montevideo y Buenos Aires.
- b) Desde Ciudad Guayana (Puerto Ordaz) a Boa Vista

BRASIL

- a) Desde Brasil a Caracas y más allá a Miami y/o un punto en el Caribe, con excepción de puntos en la República Dominicana, Trinidad y Tobago, Puerto Rico y Cuba.
- b) Desde Boa Vista a Ciudad Guayana (Puerto Ordaz).

NOTAS:

- a.) Las rutas anteriormente citadas serán operadas en ambos sentidos.
- b.) Las empresas designadas por ambas Partes podrán omitir escalas en sus respectivas rutas de cualquier servicio.

II.- DESIGNACION DE EMPRESAS**VENEZUELA**

- Ruta a.- Venezolana Internacional de Aviación S.A.(VIASA).
- Ruta b.- Línea Aeropostal Venezolana (LAV).

BRASIL

Ruta a.- VARIG S.A. (Viação Aérea Rio Grandense).

Ruta b.- Cruzeiro Do Sul S.A.

III. - CAPACIDAD

Las empresas de ambas Partes quedan autorizadas a operar en sus respectivas rutas, de la siguiente forma:

- Ruta a.- Hasta dos (2) frecuencias semanales con aeronaves Douglas DC-10, similares o inferiores, con un máximo de 264 asientos.
- Ruta b.- Hasta dos (2) frecuencias semanales con aeronaves Douglas DC-9, Boeing 737, Boeing 727 similares o inferiores, con un máximo de 135 asientos.

NOTAS:

- a.- Las empresas designadas podrán operar hasta tres (3) frecuencias semanales en las rutas "a", haciendo efectiva la operación de la tercera frecuencia, solamente después que las líneas hayan alcanzado un factor de ocupación que sobrepase el 65% del mercado total de terceras y cuartas libertades, o que una de ellas haya alcanzado, por si sola, un factor de ocupación superior al 75%. A tal fin, la base de cálculo será la oferta real de asientos de las aeronaves operadas por cada Parte en un periodo de doce meses.
- b.- En el ejercicio del tráfico de 5ta. libertad las empresas de cada Parte quedan limitadas hasta 1.200 pasajeros anuales en cada sentido, no estando autorizado el transporte de carga.

IV.- INTERNACIONALIZACION Y NACIONALIZACION DE LOS PASAJEROS EN GUARULHOS

La empresa designada por Venezuela queda autorizada, de conformidad con la legislación brasileña, a internacionalizar o nacionalizar, en el Aeropuerto Guarulhos, sus pasajeros provenientes o destinados a ese Aeropuerto, utilizando, para ese fin, aeronaves fletadas a empresas brasileras, las cuales operarán en conexión con los propios servicios de VIASA. La Parte brasilerá acuerda que el fletamento de aeronaves por VIASA para la realización de la conexión de los servicios entre los aeropuertos de Galeao y Guarulhos sea hecha en conjunto con otras empresas nacionales o extranjeras, o sea, la aeronave fletada podrá ser utilizada por más de una empresa.

V.-UTILIZACION DE AERONAVES

Las Partes Contratantes acuerdan en que una empresa designada para una de las rutas, podrá utilizar aeronaves de la empresa designada para la otra ruta, respetando todas las limitaciones de equipo contenidas en el párrafo III de este Anexo

VI.- COOPERACION ENTRE EMPRESAS

Las Partes Contratantes coinciden en la importancia de que las empresas designadas desarrollen una cooperación progresiva, por entender que la misma contribuye al fortalecimiento de sus relaciones aeronáuticas.

VII.- HORARIOS

Los Horarios deberán indicar el tipo, modelo y configuración de las aeronaves utilizadas, frecuencias de los servicios y escalas a ser operadas. Esos horarios deberán ser sometidos por las empresas aéreas designadas de cada Parte Contratante a las Autoridades Aeronáuticas de la otra Parte treinta (30) días, como mínimo, antes de la fecha prevista para su vigencia. Tales horarios deberán ser aprobados dentro del plazo anteriormente indicado, si estuviera en conformidad con las disposiciones de este Anexo.

[TRANSLATION — TRADUCTION]

AGREEMENT¹ ON SCHEDULED AIR TRANSPORT BETWEEN THE GOVERNMENT OF THE FEDERATIVE REPUBLIC OF BRAZIL AND THE GOVERNMENT OF THE REPUBLIC OF VENEZUELA

The Government of the Federative Republic of Brazil and

The Government of the Republic of Venezuela (hereinafter referred to as “Contracting Parties”),

Desiring to promote the development of air transport between the two countries and to continue to the fullest extent the international cooperation in this field,

Desiring to apply to such transport the principles and provisions of the Convention on International Civil Aviation, signed at Chicago on 7 December 1944,² and

Desiring to organize, on equitable bases of equality of opportunity and reciprocity, scheduled air services between the two countries in order to improve cooperation in the field of international air transport,

Have agreed as follows:

Article I

DEFINITIONS

For the purposes of this Agreement, unless otherwise implied by the context:

(a) “Aeronautical authorities” means, in the case of the Federative Republic of Brazil, the Ministry of Aeronautics and, in the case of the Republic of Venezuela, the Ministry of Transport and Communications, or, in either case, any other person or authority authorized to perform the functions exercised at present by the said authorities.

(b) “Agreed services” means the scheduled air services on routes specified in the annex to this Agreement for the transport of passengers, cargo and mail.

(c) “Agreement” means this instrument and its annex and any modification of the Agreement or the annex.

(d) “Convention” means the Convention on International Civil Aviation opened for signature at Chicago on 7 December 1944 and shall include any annexes adopted under the provisions of article 90 of that Convention and any amendments made in the annexes to the Convention in accordance with articles 90 and 94 thereof, provided that such annexes and amendments have acquired the force of law for both Contracting Parties.

¹ Came into force on 13 August 1991, the date of an exchange of notes by which the Parties informed each other of the completion of the required procedures, in accordance with article XX1 (1).

² United Nations, *Treaty Series* vol. 15, p. 295. For the texts of the Protocols amending this Convention, see vol. 320, pp. 209 and 217; vol. 418, p. 161; vol. 514, p. 209; vol. 740, p. 21; vol. 893, p. 117; vol. 958, p. 217; vol. 1008, p. 213, and vol. 1175, p. 297.

(e) “Designated airline” means an air transport enterprise that has been designated and authorized under the provisions in article III of this Agreement.

(f) “Tariff” means the price established for the carriage of passengers, baggage and cargo and the conditions under which such prices shall be charged, including payments and commissions for agencies, but excluding payments and conditions for the carriage of mail.

(g) “Territory”, “air service”, “international air service”, “airline” and “stop for non-traffic purposes” have the respective meanings assigned to them in articles 2 and 96 of the Convention.

Article II

RIGHTS GRANTED

1. Each Contracting Party shall grant the other Contracting Party the following rights for the operation of international air services by the airline or airlines of the other Contracting Party, except as otherwise provided in this Agreement:

(a) To fly over the territory of the other Contracting Party;

(b) To make stops for non-traffic purposes in the said territory;

(c) To make stops in the said territory for the operation of the routes specified in the annex for the purpose of taking on and putting down passengers, cargo and mail in international traffic.

2. The rights specified in paragraph 1 (c) of this article shall be exercised exclusively by the airlines designated by the Contracting Parties.

3. No provision of this article shall confer upon the airline or airlines designated by a Contracting Party the right to take on, in the territory of the other Contracting Party, passengers, cargo and mail for delivery for payment to another point within the territory of the other Contracting Party.

Article III

DESIGNATION OF AIRLINES AND OPERATING PERMIT

1. Each Contracting Party shall have the right to designate an airline or airlines to operate the agreed services on the routes specified in the annex or to replace them by others. Designation or replacement shall take place by an exchange of diplomatic notes.

2. On receiving notice of such designation or replacement under the terms of paragraph 1 of this article, the aeronautical authorities of the other Contracting Party, in accordance with its laws and regulations, shall grant, without delay, to the designated airline or airlines the permits required for operation of the agreed services for which they have been designated.

3. When an airline or airlines have been so designated and authorized, they may begin to operate, totally or partially, the agreed services provided that the said airline or airlines comply with the provisions of this Agreement.

4. The aeronautical authorities of a Contracting Party may require the airline or airlines designated by the other Contracting Party to show proof that they are able to comply with the conditions stipulated in their laws and regulations normally applied to the operation of international air services.

Article IV

DENIAL, REVOCATION AND SUSPENSION OF OPERATING PERMITS

1. Each Contracting Party shall have the right to deny or to revoke an operating permit, or to suspend the exercise by the airline or airlines designated by the other Contracting Party of the rights specified in article II, paragraph 1, of this Agreement if:

(a) It cannot prove to the said aeronautical authorities that it has complied with the laws and regulations applied by the said authorities under the terms of the Agreement;

(b) It has not complied with the laws and regulations of that Contracting Party;

(c) It has not demonstrated that substantial ownership and effective control of the airline are vested in the Contracting Party designating it or in its nationals; or

(d) It ceases in any way to operate in accordance with the conditions prescribed in this Agreement.

2. Unless immediate application of any of the conditions mentioned in paragraph 1 of this article is necessary to prevent further infringements of the laws and regulations, such rights shall be exercised only after consultation with the other Contracting Party in accordance with the provisions of article XV of this Agreement.

Article V

CAPACITY

1. The Contracting Parties shall agree that the designated airlines shall be accorded such treatment as will allow them to operate the agreed services fairly and equitably.

2. It is understood that the primary objective of the services provided by a designated airline or airlines under this Agreement shall be to provide air transport capacity adequate to the requirements of traffic between the territories of the Contracting Parties.

3. In the operation of the agreed air services, the interests of the airlines of the two Contracting Parties shall be taken into consideration so as not to affect unduly their respective services.

4. Capacity and frequency to be provided on the specified routes, and modifications which may be required, shall be approved by the aeronautical authorities of the two Contracting Parties, who shall take into account the principles stipulated in this article and the interests of the users and the designated airlines.

Article VI

APPLICABLE LAWS

1. The laws and regulations of a Contracting Party applicable in its territory to the entry, stay and departure of an aircraft engaged in international air navigation or

to flights of such aircraft over that territory shall also apply to the airline or airlines of the other Contracting Party.

2. The laws and regulations of a Contracting Party applicable in its territory to the entry, stay and departure of passengers, crews, baggage, cargo and mail, and the formalities relating to entry into and departure from the country, to emigration and immigration, to customs, and to health measures, shall apply to passengers, crews, baggage, cargo and mail carried by the aircraft of the designated airline or airlines of the other Contracting Party while within the said territory.

3. Passengers in direct transit through the territory of the Contracting Parties shall be subject to simplified control to the extent that security regulations so permit. Baggage and cargo in direct transit shall be exempt from customs duties and other similar taxes.

Article VII

RECOGNITION OF CERTIFICATES AND LICENCES

1. Certificates of airworthiness, certificates of competency and licences issued or rendered valid by a Contracting Party shall be recognized as valid by the other Contracting Party during the period they are in force, pursuant to the rules established in the Convention.

2. However, each Contracting Party reserves the right to refuse to recognize, for the purpose of flight over its own territory, the certificates of competency and licences issued to its own nationals by the other Contracting Party or by a third State.

Article VIII

SECURITY OF AVIATION

1. Consistent with their rights and obligations under international law, the Contracting Parties reaffirm that their obligation to protect the security of civil aviation against acts of unlawful interference forms an integral part of this Agreement. Without limiting the generality of their laws and obligations under international law, the Contracting Parties shall, in particular, act in conformity with the provisions of the Convention on Offences and Certain Other Acts Committed on Board Aircraft, signed at Tokyo on 14 September 1963,¹ the Convention for the suppression of unlawful seizure of aircraft, signed at The Hague on 16 December 1970,² and the Convention for the suppression of unlawful acts against the safety of civil aviation, signed at Montreal on 23 September 1971.³

2. The Contracting Parties shall provide upon request all necessary assistance to each other to prevent acts of unlawful seizure of civil aircraft and other unlawful acts against the safety of such aircraft, their passengers and crew, airports and air navigation facilities, and any other threat to the security of civil aviation.

3. The Contracting Parties shall, in their mutual relations, act in conformity with the aviation security provisions established by the International Civil Aviation

¹ United Nations, *Treaty Series*, vol. 704, p. 219.

² *Ibid.*, vol. 860, p. 105.

³ *Ibid.*, vol. 974, p. 177.

Organization and designated as annexes to the Convention on International Civil Aviation, to the extent that such security provisions are applicable to the Parties; the Parties shall require that operators of aircraft of their registry or operators of aircraft who have their principal place of business or permanent residence in their territory and the operators of airports in their territory act in conformity with such aviation security provisions.

4. Each Contracting Party agrees that such operators of aircraft may be required to observe the aviation security provisions referred to in paragraph 3 of this article, required by the other Contracting Party in relation to the entry into, departure from or stay in the territory of that other Contracting Party. Each Contracting Party shall ensure that adequate measures are effectively applied within its territory to protect the aircraft and to inspect passengers, crew, carry-on items, baggage, cargo and aircraft stores prior to and during boarding or exit. Each Contracting Party shall also give sympathetic consideration to any request from the other Contracting Party for adoption of reasonable special security measures to meet a particular threat.

5. When an incident or threat of an incident of unlawful seizure of civil aircraft or other unlawful acts against the safety of such aircraft, their passengers and crew, airports or air navigation facilities occurs, the Contracting Parties shall assist each other by facilitating communications and other appropriate measures intended to terminate rapidly and safely such incident or threat thereof.

Article IX

AIRPORT CHARGES

The charges levied for the use of airports and air navigation facilities and services provided by each Contracting Party to the airline or airlines designated by the other Contracting Party shall not exceed those paid by aircraft of the national airline on similar international air services.

Article X

STATISTICS

The aeronautical authorities of either Contracting Party shall supply to the aeronautical authorities of the other Contracting Party at their request, directly or through their designated airlines, such statistical information as may be required for the purpose of reviewing the operation of the agreed services.

Article XI

EXEMPTIONS FOR CHARGES ON EQUIPMENT, FUEL AND STORES

1. Aircraft of the designated airline or airlines of one Contracting Party which are operated on the agreed services and which arrive in or depart from the territory of the other Contracting Party shall be exempt from all customs duties, inspection fees, other taxes or any other fiscal charge.

2. Fuel, lubricating oils, other technical supplies for consumption, spare parts, regular equipment and stores retained on board aircraft of the designated airlines

shall be exempt on arrival in or departure from the territory of the other Contracting Party from customs duties, inspection fees, other taxes or any other fiscal charge.

3. Fuel, lubricating oils, spare parts, on-board supplies, technical supplies for consumption, tools and on-board equipment, when not ground maintenance equipment, introduced and stored in customs in the territory of the other Contracting Party by a designated airline or airlines for use on board and only in its aircraft, or re-exported from the territory of the other Contracting Party, shall be exempt from customs duties, inspection fees, other taxes or any other fiscal charge.

4. The materials referred to in the preceding paragraphs may be used only for flight services and shall be re-exported if not used, unless their transfer to other airlines or their nationalization is allowed under the laws, regulations and administrative procedures in force in the territory of the Contracting Party concerned. While their use and destination are being determined, they shall remain in customs.

5. The exemptions provided for in this article may be subject to specific procedures, conditions and formalities normally in force in the territory of the Contracting Party granting them and shall not refer to charges for payment of services rendered.

Article XII

TARIFFS

1. The tariffs charged by the designated airline or airlines of each Contracting Party shall be established at appropriate levels, due regard being paid to all relevant factors, especially the cost of operation, reasonable profit and market conditions.

2. The tariffs shall be set, in principle, by the airlines designated by the Contracting Parties, and such agreement shall be reached, whenever possible, through the rate-setting machinery of the International Air Transport Association (IATA).

3. Any tariff set in accordance with the preceding paragraph shall be submitted for approval to the aeronautical authorities of both Contracting Parties at least sixty (60) days before the date established for its entry into force. This period may be shortened in special cases subject to the agreement of the aeronautical authorities. If either of the aeronautical authorities fails to indicate its disagreement within thirty (30) days, starting from the date of receipt of the request, the tariffs shall be considered approved.

4. For the entry into force of the tariffs, the approval of the aeronautical authorities of both Contracting Parties shall be required.

5. If an agreement is not reached in accordance with paragraph 2 of this article, or if either of the aeronautical authorities is not satisfied with the tariffs submitted for its approval, the said authority shall so inform the other Contracting Party at least thirty (30) days prior to the date on which such tariffs would have entered into force. The aeronautical authorities shall attempt to reach agreement; if they succeed, each aeronautical authority shall do its utmost to apply those tariffs immediately or by the date agreed upon by the aeronautical authorities.

6. If an agreement is not reached before the date when the new tariff would otherwise take effect, the tariff in effect on that date shall remain so for a period not longer than six (6) months. If an agreement is not reached within that period, the dispute shall be subject to the provisions of article XVII of this Agreement.

7. The aeronautical authorities of each Contracting Party shall endeavour to ensure that the designated airlines conform to the proper application of the agreed tariffs.

Article XIII

TRANSFER OF RECEIPTS

1. Each designated airline shall have the right, at any time, to convert or transfer local receipts for services rendered in accordance with this Agreement deducted from expenditures in the territory of the other Contracting Party.

2. Conversion or transfer shall be permitted on the basis of the prevailing foreign exchange market rate and shall not be subject to any fees, with the exception of bank fees in effect for that type of operation.

3. Those transfers shall be made in accordance with the laws in force in each country, and no legislative provisions or regulatory conditions less favourable than those applied to any other foreign airline providing international air service to and from the territory of the other Contracting Party shall be applied.

Article XIV

REPRESENTATION OF AIRLINES

1. The designated airline or airlines of a Contracting Party shall be allowed to maintain in the territory of the other Contracting Party their representatives and commercial, operational and technical staff as required in connection with the operation of the agreed services.

2. Those requirements may, at the option of the designated airline of each Contracting Party, be satisfied by its own personnel or by using the services of any other airline designated by the same Contracting Party or by using the services of any organization, company or airline of the other Contracting Party authorized to perform such services.

3. The representatives and personnel shall be subject to the laws and regulations in effect in the territory of the other Contracting Party, and in accordance with such laws and regulations, each Contracting Party shall provide working permits, visas authorizing work and any other similar documents as soon as possible to the representatives and personnel referred to in paragraph 1 of this article.

Article XV

CONSULTATION

1. Each Contracting Party may at any time request consultations in relation to the implementation, application or amendment of this Agreement and compliance with its provisions.

2. Such consultation shall begin within a period of sixty (60) days from the date of receipt of the request in writing by the other Contracting Party, unless the Contracting Parties have agreed on different arrangements from those herein established.

Article XVI

AMENDMENTS TO THE AGREEMENT

If either Contracting Party considers it necessary that any provision of this Agreement be amended, it may request consultations with the other Contracting Party. Such consultations shall take place through negotiations and shall begin within sixty (60) days from the date of receipt of the request. Any agreed amendment shall enter into force definitively after confirmation through an exchange of diplomatic notes.

Article XVII

SETTLEMENT OF DISPUTES

Any dispute between the Contracting Parties relating to the interpretation or application of this Agreement shall first be subject to direct negotiations between the airlines concerned or between the aeronautical authorities or, lastly, between the respective Governments.

Article XVIII

DENUNCIATION

1. Either Contracting Party may at any time notify the other Contracting Party in writing, through the diplomatic channel, of its decision to terminate this Agreement, in which case it shall be required to notify the International Civil Aviation Organization (ICAO) at the same time.

2. This Agreement shall terminate six (6) months after the date of receipt of the notice of termination by the other Contracting Party, unless such notice is withdrawn before the expiry of that period.

3. If the other Contracting Party fails to acknowledge receipt of the notice, it shall be deemed to have been received fourteen (14) days after the date of receipt of such notice by the International Civil Aviation Organization.

*Article XIX*REGISTRATION WITH THE INTERNATIONAL CIVIL
AVIATION ORGANIZATION

This Agreement and any amendment thereto shall be registered with the International Civil Aviation Organization.

Article XX

MULTILATERAL AGREEMENTS

1. The provisions of this Agreement shall be subject to the provisions of the Chicago Convention to the extent that those apply to international air services.

2. If a multilateral air transport convention or amendment thereto accepted by both Contracting Parties enters into force, this Agreement shall be amended so as

to conform with the provisions of the said general convention, as provided for in article XVI.

Article XXI

DURATION AND TERMINATION OF THE AGREEMENT

1. This Agreement shall enter into force on the date on which the two Contracting Parties inform one another, in an exchange of diplomatic notes, that they have fulfilled the requirements of their national legislation for its entry into force.

2. This Agreement shall remain in force for a period of three (3) years and shall be renewed for further similar periods unless one of the Contracting Parties informs the other, through an exchange of diplomatic notes, within ninety (90) days prior to the expiry of the Agreement that it does not agree to a renewal thereof.

Article XXII

HEADINGS

The headings used in this Agreement are for reference purposes only.

IN WITNESS WHEREOF, the plenipotentiaries of the two Contracting Parties have signed this Agreement.

DONE at Caracas, on 11 November 1988, in duplicate in the Portuguese and Spanish languages, both texts being equally authentic.

For the Government
of the Federative Republic
of Brazil:

[Signed]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ
Minister for Foreign Affairs

For the Government
of the Republic of Venezuela:

[Signed]

GERMAN NAVA CARRILLO
Minister for Foreign Affairs

ANNEX

I. ROUTE SCHEDULE

Brazil

(A) From Brazil to Caracas and further to Miami and/or a point in the Caribbean, except for points in the Dominican Republic, Trinidad and Tobago, Puerto Rico and Cuba.

(B) From Boa Vista to Ciudad Guayana (Puerto Ordaz).

Venezuela

(A) From Venezuela to Rio de Janeiro and/or São Paulo and further to Montevideo and Buenos Aires.

(B) From Ciudad Guayana (Puerto Ordaz) to Boa Vista.

NOTES

(a) The above-mentioned routes shall be operated in both directions.

(b) The airlines designated by the two Parties shall have the right to omit the intermediate stops on any of their respective routes.

II. DESIGNATION OF AIRLINES

Brazil

Route A: VARIG S.A. (Viação Aérea Rio-Grandense S.A.).

Route B: Cruzeiro do Sul S.A.

Venezuela

Route A: Venezolana Internacional de Aviación S.A. (VIASA).

Route B: Linea Aeropostal Venezolana (LAV).

III. CAPACITY

The airlines of both Parties shall be allowed to operate on their respective routes, as follows:

Route A: Up to two (2) flights a week with Douglas DC-10 aircraft, similar or smaller, with a maximum of 264 seats, and

Route B: Up to two (2) flights a week with Douglas DC-9, Boeing 737 and Boeing 727 aircraft, similar or smaller, with a maximum of 135 seats.

NOTES

(a) The designated airlines shall be allowed to operate up to three (3) scheduled flights a week on routes "A", operating the third scheduled flight only after the airlines have reached an occupancy rate higher than 65 per cent of the total of the third- or fourth-freedom market, or after one of them alone has reached an occupancy rate higher than 75 per cent. For that purpose, the basis for calculation shall be the real supply of seats on aircraft operated by either Party over a period of twelve (12) months.

(b) In exercise of fifth-freedom air traffic rights, the airlines of each Party shall be limited to 1,200 passengers a year in each direction, without authorization for the transport of cargo.

IV. TRANSPORTING PASSENGERS AT GUARULHOS IN AND OUT OF THE COUNTRY

For passengers en route to or from the airport at Guarulhos, the airline designated by Venezuela shall be authorized, in accordance with Brazilian law, to transport passengers in and out of the country, making use of aircraft chartered from Brazilian companies which operate in conjunction with the services of VIASA. The Brazilian Party agrees that the chartering of aircraft by VIASA for connecting services between the airports at Galeão and Guarulhos shall be carried out in conjunction with other national or foreign companies, that is, the chartered aircraft may be used by more than one company.

V. USE OF AIRCRAFT

The Contracting Parties agree that an airline designated for service on one of the routes may use aircraft belonging to the airline designated for the other route, within the equipment limitations contained in paragraph III of this annex.

VI. COOPERATION BETWEEN AIRLINES

The Contracting Parties agree on the importance of gradually developing cooperation between the designated airlines, it being understood that such cooperation helps to strengthen their aeronautical relations.

VII. SCHEDULES

The schedules shall indicate the type, model and configuration of the aircraft used, frequencies of services and intermediate stops to be operated. Those schedules shall be submitted by the designated airlines of each Contracting Party to the aeronautical authorities of the other Contracting Party at least thirty (30) days before the date scheduled for their entry into force. The schedules shall be approved within the above-mentioned time period if they conform to the provisions of this annex.

[TRADUCTION — TRANSLATION]

ACCORD¹ RELATIF AUX TRANSPORTS AÉRIENS RÉGULIERS
ENTRE LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPUBLIQUE FÉDÉ-
RATIVE DU BRÉSIL ET LE GOUVERNEMENT DE LA RÉPU-
BLIQUE DU VENEZUELA

Le Gouvernement de la République fédérative du Brésil et

Le Gouvernement de la République du Venezuela (ci-après dénommés les Parties contractantes),

Désireux de favoriser le développement des transports aériens entre leurs deux pays et de poursuivre, dans la plus grande mesure possible, la coopération internationale dans ce domaine,

Désireux également d'appliquer à ces transports les principes et les dispositions de l'Accord relatif à l'aviation civile internationale signé à Chicago le 7 décembre 1944²,

Désireux d'organiser sur des bases équitables d'égalité des chances et de réciprocité, les services aériens réguliers entre les deux pays,

Sont convenus de ce qui suit :

Article premier

DÉFINITIONS

Aux fins du présent Accord, et à moins que le texte n'indique un sens différent :

a) L'expression « autorités aéronautiques » désigne, en ce qui concerne la République fédérative du Brésil, le Ministère de l'aéronautique et, dans le cas de la République du Venezuela, le Ministère des transports et des communications ou, dans l'un et l'autre cas, toute autre personne ou organisme autorisé à exercer les fonctions actuellement remplies par ces autorités.

b) L'expression « services convenus » désigne les services aériens réguliers de transports de passagers, de fret et de courrier exploités sur les routes spécifiées dans l'annexe au présent Accord.

c) Le terme « Accord » désigne le présent instrument et son annexe et toute modification de l'un ou de l'autre.

d) Le terme « Convention » désigne la Convention relative à l'aviation civile internationale ouverte à la signature à Chicago le 7 décembre 1944 et inclut toute annexe adoptée aux termes des dispositions de l'article 90 de cette Convention et toute modification des annexes ou de la Convention, conformément aux articles 90

¹ Entré en vigueur le 13 août 1991, date d'un échange de notes par lesquelles les Parties se sont informées de l'accomplissement des formalités requises, conformément au paragraphe 1 de l'article XXI.

² Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 15, p. 295. Pour les textes des Protocoles amendant cette Convention, voir vol. 320, pp. 209 et 217; vol. 418, p. 161; vol. 514, p. 209; vol. 740, p. 21; vol. 893, p. 117; vol. 958, p. 217; vol. 1008, p. 213, et vol. 1175, p. 297.

et 94 de cette dernière, dans la mesure où ces annexes et modifications ont été adoptées par les deux Parties contractantes.

e) L'expression « ligne aérienne désignée » désigne une ligne aérienne qui a été désignée et autorisée conformément aux dispositions de l'article III du présent Accord.

f) Le terme « tarif » désigne le prix fixé pour le transport des passagers, des bagages et du fret ainsi que ses conditions d'application, y compris les paiements et commissions aux agences, à l'exclusion toutefois de la rémunération et des conditions relatives au transport du courrier.

g) Les termes « territoire », « service aérien », « service aérien international », « ligne aérienne » et « escale à des fins non commerciales » ont le sens que leur attribuent respectivement les articles 2 et 96 de la Convention.

Article II

OCTROI DE DROITS

1) Chaque Partie contractante accorde à l'autre Partie les droits suivants pour l'exploitation de services aériens internationaux par la ligne ou les lignes de l'autre Partie contractante, sauf disposition contraire du présent Accord :

a) Survoler le territoire de l'autre Partie contractante;

b) Faire des escales non commerciales sur ledit territoire;

c) Faire des escales dans ledit territoire pour exploiter les routes spécifiées à l'annexe, en vue d'embarquer et de débarquer des passagers, du fret et du courrier en trafic international.

2) Les droits visés à l'alinéa c du paragraphe 1 du présent article seront exercés exclusivement par les lignes désignées par les Parties contractantes.

3) Aucune disposition du présent article ne confère à la ligne ou aux lignes désignées par les Parties contractantes le droit de prendre à son bord, sur le territoire de l'autre Partie, des passagers, des marchandises et du courrier destinés à un autre point sur le territoire de cette deuxième Partie, transportés moyennant rémunération.

Article III

DÉSIGNATION DE LIGNES AÉRIENNES ET AUTORISATION D'EXPLOITATION

1) Chaque Partie contractante aura le droit de désigner une ou plusieurs lignes aériennes pour exploiter les services convenus sur les routes spécifiées dans l'annexe, ainsi que de la ou de les remplacer par d'autres. La désignation ou la substitution des lignes se fera par voie de notes diplomatiques.

2) Au reçu de cette désignation ou substitution, conformément au paragraphe 1 du présent article, l'autorité aéronautique de l'autre Partie contractante donnera sans retard, conformément à ses lois et règlements, à la ligne ou aux lignes aériennes désignées les autorisations d'exploitation voulues pour les services convenus pour lesquels elles ont été désignées.

3) La ligne ou les lignes aériennes ainsi désignées et autorisées pourront commencer à exploiter, en tout ou en partie, les services convenus à condition de se conformer aux dispositions du présent Accord.

4) Les autorités aéronautiques d'une des Parties contractantes pourront exiger de la ligne ou des lignes aériennes désignées par l'autre Partie qu'elles apportent la preuve qu'elles sont en mesure de remplir les conditions prescrites par les lois et règlements que ladite autorité applique normalement à l'exploitation de services aériens internationaux.

Article IV

REFUS, RÉVOCATION ET SUSPENSION DE L'AUTORISATION D'EXPLOITATION

1) Chaque Partie contractante a le droit de refuser ou de révoquer une autorisation d'exploitation; ou de suspendre l'exercice des droits visés à l'article II, paragraphe 1 du présent Accord, à la ligne ou aux lignes aériennes désignées par l'autre Partie contractante :

a) Si celles-ci ne parviennent pas à prouver aux autorités aéronautiques visées qu'elles se conforment aux lois et règlements appliqués par lesdites autorités, conformément à la Convention;

b) Si elles ne se conforment pas aux lois et règlements de la Partie contractante en question;

c) Si elles n'ont pas prouvé qu'une partie substantielle de la propriété ainsi que le contrôle effectif de la ligne aérienne est entre les mains de la Partie contractante qui l'a désignée, ou de nationaux de cette dernière;

d) Si elles cessent, en quoi que ce soit, d'exploiter les services conformément aux conditions prescrites dans le présent Accord.

2) A moins que l'application immédiate de l'une quelconque des mesures visées au paragraphe 1 du présent article soit indispensable pour empêcher que ne soient commises de nouvelles infractions aux lois et règlements, ces droits ne seront exercés qu'après consultation de l'autre Partie contractante conformément aux dispositions de l'article XV du présent Accord.

Article V

CAPACITÉ

1) Les Parties contractantes conviennent d'accorder aux lignes aériennes désignées un traitement qui leur permette d'exploiter de manière juste et équitable les services aériens convenus.

2) Il est entendu que les services assurés par une ou plusieurs lignes aériennes désignées conformément au présent Accord ont pour but essentiel de fournir une capacité de transport aérien adapté aux besoins du trafic entre les territoires des deux Parties contractantes.

3) Les intérêts des lignes aériennes des deux Parties contractantes seront pris en compte lors de l'exploitation des services aériens convenus afin de ne pas compromettre indûment leurs services respectifs.

4) La capacité et les fréquences offertes sur les routes spécifiées ainsi que les modifications nécessaires seront approuvées par les autorités aéronautiques des deux Parties contractantes qui prendront en considération les principes énoncés dans le présent article, les intérêts des usagers et des lignes aériennes désignées.

Article VI

LÉGALISATION APPLICABLE

1) Les lois et règlements d'une Partie contractante régissant, sur son territoire, l'entrée, le séjour et la sortie des aéronefs affectés à la navigation aérienne internationale ou les vols de ces aéronefs au-dessus de ce territoire sont également applicables à la ligne ou aux lignes aériennes de l'autre Partie contractante.

2) Les lois et règlements d'une Partie contractante qui régissent, sur son territoire, l'entrée, le séjour et la sortie des passagers, de l'équipage, des bagages, du fret et du courrier, telles que les formalités relatives à l'entrée, à la sortie, à l'émigration et à l'immigration ainsi que les mesures douanières et sanitaires, sont applicables aux passagers, à l'équipage, aux bagages, au fret et au courrier transportés par les aéronefs de la ligne ou des lignes désignées de l'autre Partie contractante tandis qu'ils se trouvent sur le territoire en question.

3) Les passagers en transit direct sur le territoire des Parties contractantes seront soumis à un contrôle simplifié, lorsque les règlements de sécurité le permettent. Les bagages et le fret en transit direct seront exemptés de droits de douane et autres droits similaires.

Article VII

RECONNAISSANCE DES CERTIFICATS ET LICENCES

1) Les certificats de navigabilité, les brevets d'aptitude et les licences délivrées ou validées par l'une des Parties contractantes seront reconnus par l'autre Partie pendant la période durant laquelle ils sont en vigueur conformément aux règles établies dans la Convention.

2) Chaque Partie contractante se réserve le droit de ne pas reconnaître, pour le survol de son territoire, les brevets d'aptitude et les licences délivrés à ses propres ressortissants par l'autre Partie contractante ou par un Etat tiers.

Article VIII

SÉCURITÉ DE LA NAVIGATION

1) Conformément à leurs droits et obligations en vertu du droit international, les Parties contractantes réaffirment que l'obligation qu'elles ont de préserver la sécurité de l'aviation civile contre tout acte d'intervention illégale fait partie intégrante du présent Accord. Sans restreindre le caractère général de leurs droits et obligations en vertu du droit international, les Parties contractantes agiront conformément aux dispositions notamment de la Convention relative aux infractions et à certains autres actes survenant à bord des aéronefs, signée à Tokyo le 14 septembre 1963¹, de la Convention pour la répression de la capture illicite d'aéronefs, signée à la Haye le 16 décembre 1970², et de la Convention pour la répression d'actes illicites

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 704, p. 219.

² *Ibid.*, vol. 860, p. 105.

dirigés contre la sécurité de l'aviation civile, signée à Montréal le 23 septembre 1971¹.

2) Les Parties contractantes se prêtent, sur demande, toute l'aide nécessaire pour prévenir la capture illicite d'aéronefs civils et les autres actes illicites portant atteinte à la sécurité desdits aéronefs, de leurs passagers et équipages, des aéroports et installations de navigation aérienne, ainsi que toute autre menace contre la sécurité de l'aviation civile.

3) Dans le cadre de leurs relations mutuelles, les Parties contractantes agissent conformément aux normes de sécurité de l'aviation établies par l'Organisation de l'aviation civile internationale qui figurent dans les annexes à la Convention relative à l'aviation civile internationale, dans la mesure où elles leur sont applicables. Elles exigeront que les exploitants d'aéronefs de leur nationalité ou les exploitants d'aéronefs dont le principal établissement ou la résidence permanente sont situés sur leur territoire et les exploitants d'aéroports situés sur leur territoire agissent conformément aux dispositions relatives à la sécurité aérienne.

4) Chaque Partie contractante convient qu'il peut être exigé desdits exploitants d'aéronefs qu'ils observent les mesures relatives à la sécurité de l'aviation visées au paragraphe 3 ci-dessus, requises par l'autre Partie contractante en ce qui concerne l'entrée ou le séjour sur le territoire de ladite Partie ou la sortie de ce territoire. Chaque Partie contractante prend les dispositions voulues sur son territoire pour protéger les aéronefs, contrôler les passagers et l'équipage, les bagages, les marchandises et les provisions de bord des aéronefs avant et pendant l'embarquement ou le déchargement. Chaque Partie contractante considérera également avec bienveillance toute demande de l'autre Partie contractante visant à la prise de mesures spéciales de sécurité raisonnables en vue d'assurer une protection contre une menace déterminée.

5) Lorsque se produit un incident ou que plane la menace d'un incident de capture illicite d'un aéronef civil ou d'autres actes illicites à l'encontre de la sécurité dudit aéronef, de ses passagers et de son équipage, de l'aéroport ou des installations de navigation aérienne, les Parties contractantes se prêtent mutuellement assistance en facilitant les communications et en prenant d'autres mesures visant à mettre rapidement et sûrement fin auxdits incidents ou à ladite menace.

Article IX

DROITS D'AÉROPORT

Les taxes payées pour l'utilisation des aéroports ou des installations et services de navigation aérienne offerts par une Partie contractante à la ligue ou aux lignes aériennes désignées par l'autre Partie contractante ne sont pas plus élevées que celles imposées aux lignes aériennes nationales assurant des services aériens internationaux analogues.

¹ Nations Unies, *Recueil des Traités*, vol. 974, p. 177.

Article X

STATISTIQUES

Les autorités aéronautiques de chacune des Parties contractantes fournissent à celles de l'autre Partie contractante, sur leur demande, directement ou par l'intermédiaire de leurs lignes aériennes désignées, les données statistiques dont elles pourraient avoir besoin pour évaluer les opérations des services convenus.

*Article XI*EXEMPTION DE TAXES SUR L'ÉQUIPEMENT,
LE CARBURANT ET LES PROVISIONS

1) Les aéronefs des lignes aériennes désignées par les Parties contractantes, employés pour les services convenus, qui pénètrent sur le territoire de l'autre Partie contractante ou en sortent, sont exemptés des droits de douane, droits d'inspection et autres taxes ou redevances analogues.

2) Les carburants, lubrifiants et autres produits techniques de consommation, les pièces de rechange, l'équipement normal et les provisions de bord conservées à bord des aéronefs des lignes aériennes désignées sont exemptés lors de leur arrivée ou de la sortie du territoire de l'autre Partie contractante des droits de douane, droits d'inspection, autres taxes ou redevances analogues.

3) Les carburants, lubrifiants, pièces de rechange, provisions de bord, produits techniques de consommation, outils et matériel de bord, lorsqu'ils ne constituent pas l'équipement d'assistance à terre, introduits sur le territoire de l'autre Partie contractante et entreposés en douane par une ligne ou des lignes aériennes désignées, pour être montés ou utilisés exclusivement sur ces aéronefs ou exportés du territoire de l'autre Partie contractante, sont exemptés de droits de douane, droits d'inspection et autres taxes ou redevances analogues.

4) Les biens visés dans les paragraphes précédents ne peuvent être utilisés à des fins distinctes de celles des services de vol et doivent être réexportés au cas où ils ne seraient pas utilisés, à moins que leur cession à d'autres entreprises ou leur nationalisation ne soit autorisée conformément aux lois et règlements et procédures administratives en vigueur sur le territoire de la Partie contractante intéressée. Tant que leur utilisation ou destination n'est pas fixée, ils restent soumis à un contrôle douanier.

5) Les exemptions prévues dans le présent article peuvent faire l'objet de procédures, conditions et formalités habituellement en vigueur sur le territoire de la Partie contractante à qui il appartient de les accorder et ne doivent pas avoir trait aux droits perçus à titre de paiement pour des prestations de service.

Article XII

TARIFS

1) Les tarifs appliqués par la ligue ou les lignes aériennes désignées par chacune des Parties contractantes seront fixés à des niveaux suffisants, compte tenu de tous les éléments pertinents, notamment des frais d'exploitation, de la réalisation de bénéfices raisonnables et des conditions du marché.

2) Les tarifs sont fixés, en principe d'un commun accord, par les lignes désignées par les Parties contractantes; cet accord devra être réalisé, autant que possible, au moyen de la procédure de fixation des tarifs établie par l'Association des transports aériens internationaux (IATA).

3) Les tarifs établis conformément aux dispositions du paragraphe précédent sont soumis à l'approbation des autorités aéronautiques des deux Parties contractantes, soixante (60) jours au moins avant la date prévue pour leur entrée en vigueur. Ce délai peut être réduit dans des cas spéciaux, sous réserve de l'accord desdites autorités. Si aucune des autorités aéronautiques ne manifeste de désaccord dans un délai de trente (30) jours, comptés à partir de la date de réception de la demande, les tarifs sont réputés approuvés.

4) L'approbation des autorités aéronautiques des deux Parties contractantes est requise pour l'entrée en vigueur des tarifs.

5) Si un accord n'est pas réalisé comme prévu au paragraphe 2 du présent article, ou si une des autorités aéronautiques ne s'estime pas satisfaite des tarifs soumis à son approbation, elle en informe l'autre Partie contractante, trente (30) jours au moins avant la date prévue pour l'entrée en vigueur dudit tarif. Les autorités aéronautiques des Parties contractantes s'efforcent alors de parvenir à un accord; si elles y parviennent, chacune des autorités fait tout son possible pour mettre en vigueur ledit tarif immédiatement, ou à la date convenue par les deux Parties.

6) Si un accord n'est pas réalisé avant la date à laquelle le nouveau tarif commencerait autrement à être appliqué, on continue à appliquer, pour une période de six (6) mois au plus, le tarif en vigueur à cette date. Si cette période s'écoule sans que l'on parvienne à un accord, le différend est réglé comme prévu à l'article XVII du présent Accord.

7) Les autorités aéronautiques de chaque Partie contractante s'efforcent que les lignes aériennes désignées fassent le nécessaire pour appliquer correctement les tarifs approuvés.

Article XIII

TRANSFERT DES RECETTES

1) Les lignes aériennes désignées ont le droit, à tout moment, de convertir et de transférer les recettes locales qu'elles auront obtenues pour les services rendus conformément au présent Accord, après déduction des dépenses effectuées sur le territoire de l'autre Partie contractante.

2) La conversion et le transfert s'effectuent au taux de change en vigueur sur le marché des devises étrangères et ne donnent lieu à aucune commission, à l'exception de celles perçues par les services bancaires pour les opérations de cette nature.

3) Les transferts s'effectuent conformément à la législation en vigueur dans chacun des pays et ne sont pas soumis à des dispositions législatives et à des conditions réglementaires moins favorables que celles appliquées à toute autre entreprise aérienne étrangère qui exploite des services aériens internationaux à destination du territoire de l'autre Partie contractante ou à partir de ce territoire.

Article XIV

REPRÉSENTATION DES LIGNES AÉRIENNES

1) La ligne ou les lignes aériennes désignées par une Partie contractante auront le droit de maintenir sur le territoire de l'autre Partie contractante les représentants et le personnel commercial, opérationnel et technique dont elles ont besoin pour l'exploitation des services convenus.

2) Ces besoins en personnel pourront, au gré de la ligne aérienne désignée d'une Partie contractante, être satisfaits en ayant recours à son propre personnel ou en faisant appel aux services d'une autre entreprise désignée par la même Partie contractante, ou encore aux services de toute organisation, société ou entreprise aérienne de l'autre Partie contractante autorisée à assurer de tels services.

3) Les représentants et le personnel sont assujettis aux lois et règlements en vigueur sur le territoire de l'autre Partie contractante et, conformément à ces lois et règlements, chaque Partie contractante accordera, dans les plus brefs délais, les permis de travail, les visas et autres documents similaires aux représentants et au personnel visés au paragraphe 1 du présent article.

Article XV

CONSULTATIONS

1) Chaque Partie contractante peut, à tout moment, demander la tenue de consultations liées à l'interprétation, à l'application ou à la modification du présent Accord ainsi qu'à l'exécution de ses dispositions.

2) Ces consultations débutent dans un délai de soixante (60) jours à compter de la date à laquelle l'autre Partie contractante a reçu une demande écrite, à moins que les Parties contractantes ne conviennent de modalités distinctes de celles établies par la présente.

Article XVI

MODIFICATION DE L'ACCORD

Si une des Parties contractantes juge nécessaire de modifier une quelconque disposition du présent Accord, elle peut demander qu'il soit procédé à des consultations avec l'autre Partie contractante. Ces consultations sont effectuées par voie de négociations et débutent dans un délai de soixante (60) jours à compter de la date de réception de la demande. Les modifications convenues entrent en vigueur à titre définitif après confirmation au moyen d'un échange de notes diplomatiques.

Article XVII

RÈGLEMENT DES DIFFÉRENDS

Toute divergence entre les Parties contractantes relative à l'interprétation ou à l'application du présent Accord fait en premier lieu l'objet de négociations directes entre les lignes aériennes intéressées ou entre les autorités aéronautiques et, en dernier lieu, entre les gouvernements.

Article XVIII

DÉNONCIATION

1) Chacune des Parties contractantes peut, à tout moment, aviser l'autre Partie par écrit, par les voies diplomatiques, de sa décision de mettre fin au présent Accord, en avisant simultanément l'Organisation de l'aviation civile internationale (OACI) de cette intention.

2) Le présent Accord cessera de produire ses effets six (6) mois après la date de réception de ladite dénonciation, à moins que la notification ne soit retirée avant l'expiration dudit délai.

3) Au cas où l'autre Partie contractante n'accuserait pas réception de cet avis, elle sera réputée l'avoir reçu quatorze (14) jours après la date de réception dudit avis par l'Organisation de l'aviation civile internationale (OACI).

Article XIX

ENREGISTREMENT AUPRÈS DE L'OACI

Le présent Accord et ses modifications seront enregistrés auprès de l'Organisation de l'aviation civile internationale (OACI).

Article XX

ACCORDS MULTILATÉRAUX

1) Les dispositions du présent Accord sont soumises à celles de la Convention de Chicago dans la mesure où ces dernières sont applicables aux services aériens internationaux.

2) Si une convention multilatérale de caractère général relative aux transports aériens acceptée par les deux Parties entre en vigueur, le présent Accord sera modifié et rendu conforme aux dispositions de ladite Convention sous la forme prévue à l'article XVI.

Article XXI

ENTRÉE EN VIGUEUR

1) Le présent Accord entrera en vigueur à compter de la date à laquelle les deux Parties contractantes se seront communiquées, au moyen d'un échange de notes diplomatiques, l'accomplissement des formalités requises dans chacune d'elles pour son entrée en vigueur.

2) Le présent Accord est conclu pour une durée de trois (3) ans et sera reconduit automatiquement pour des périodes d'égale durée à moins que l'une des Parties ne fasse savoir à l'autre, moyennant une note diplomatique, quatre-vingt-dix (90) jours avant son expiration, qu'elle ne consent pas à la reconduction.

Article XXII

TITRES

Les titres utilisés dans le présent Accord ont uniquement valeur de référence.

EN FOI DE QUOI les plénipotentiaires des Parties contractantes ont signé le présent Accord.

FAIT à Caracas, le 11 novembre 1988, en deux exemplaires, en langues portugaise et espagnole, les deux textes faisant également foi.

Pour le Gouvernement
de la République fédérative
du Brésil :

Le Ministre des relations extérieures,

[*Signé*]

ROBERTO DE ABREU SODRÉ

Pour le Gouvernement
de la République du Venezuela :

Le Ministre des relations extérieures,

[*Signé*]

GERMAN NAVA CARRILLO

ANNEXE

I. TABLEAU DE ROUTES

Brésil

A) Depuis le Brésil à Caracas et au-delà à Miami et/ou un point dans les Caraïbes, à l'exception des points dans la République dominicaine, en Trinité-et-Tobago, à Porto Rico et à Cuba.

B) Depuis Boa Vista à Ciudad Guayana (Puerto Ordaz).

Venezuela

A) Depuis le Venezuela à Rio de Janeiro et/ou São Paulo et au-delà, jusqu'à Montevideo et Buenos Aires.

B) Depuis Ciudad Guayana (Puerto Ordaz) à Boa Vista.

NOTES

a) Les routes précédemment citées seront exploitées dans les deux sens.

b) Les entreprises désignées par les deux Parties auront le droit de supprimer des escales sur leurs routes respectives pour tout service.

II. DÉSIGNATION D'ENTREPRISES

Brésil

Route A : VARIG S.A (Viação Aérea Rio Grandense S.A.)

Route B : Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul S.A.

Venezuela

Route A : Venezolana Internacional de Aviacion S.A (VIASA).

Route B : Linea Aeropostal Venezolana (LAV).

III. CAPACITÉ

Les entreprises des deux Parties sont autorisées à exploiter leurs routes respectives sous la forme suivante :

Route A : Jusqu'à deux (2) fréquences hebdomadaires, avec des avions Douglas DC-10, similaires ou inférieurs, ayant au maximum 264 sièges.

Route B : Jusqu'à deux (2) fréquences hebdomadaires avec des avions Douglas DC-9, Boeing 737 et Boeing 727, similaires ou inférieurs, ayant au maximum 135 sièges.

NOTES

a) Les entreprises désignées pourront opérer jusqu'à trois (3) fréquences hebdomadaires sur les routes « A ». La troisième fréquence ne pourra commencer à être exploitée que lorsque les lignes auront réalisé un coefficient de remplissage représentant plus de 65 p. 100 du marché total des troisième et quatrième libertés, ou que l'une d'elles aura réalisé, par elle-même, un coefficient de remplissage supérieur à 75 p. 100. La base de calcul utilisée à cette fin sera l'offre réelle de sièges des aéronefs exploités par chacune des Parties au cours d'une période de douze (12) mois.

b) Pour l'exercice du trafic de cinquième liberté, les entreprises de chaque Partie sont limitées à 1 200 passagers par an au plus dans chaque sens, le transport de fret n'étant pas autorisé.

IV. INTERNATIONALISATION ET NATIONALISATION DES PASSAGERS À GUARULHOS

L'entreprise désignée par le Venezuela est autorisée, conformément à la législation brésilienne, à internationaliser ou à nationaliser, à l'aéroport Guarulhos, les passagers en provenance ou à destination de cet aéroport en utilisant, à cette fin, des aéronefs affrétés à des entreprises brésiliennes qui opéreront en relation avec les services de VIASA. La Partie brésilienne accepte que l'affrètement d'aéronefs par VIASA pour assurer la liaison des services entre les aéroports de Galeão et de Guarulhos s'effectue conjointement avec d'autres entreprises nationales ou étrangères, c'est-à-dire que l'aéronef affrété puisse être utilisé par plus d'une entreprise.

V. UTILISATION DES AÉRONEFS

Les Parties contractantes conviennent qu'une entreprise désignée pour l'une des routes pourra utiliser des aéronefs de l'entreprise désignée pour l'autre route, en respectant toutes les limites d'équipement visées au paragraphe III de la présente annexe.

VI. COOPÉRATION ENTRE ENTREPRISES

Les Parties contractantes conviennent qu'il importe que les entreprises désignées établissent une coopération progressive, une telle coopération contribuant à leur avis à renforcer leurs relations aéronautiques.

VII. HORAIRES

Les horaires devront indiquer les types et les modèles d'aéronefs utilisés, leur aménagement, la fréquence des services et les escales prévues. Les horaires devront être soumis par les entreprises aériennes désignées de chaque Partie contractante aux autorités aéronautiques de l'autre Partie trente (30) jours au moins avant la date prévue pour leur entrée en vigueur. Ces horaires devront être approuvés dans les délais indiqués précédemment s'ils sont conformes aux dispositions de la présente annexe.

